

Gênero e mercado de trabalho em Pelotas: balanço dos últimos anos

Leni B. C. Collares*
Elásio Soares de Faria*

Introdução

O propósito desta pesquisa é analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal em Pelotas, ao longo do período em que ocorreu a reestruturação produtiva, assinalada pela introdução de novas tecnologias e de novas formas de gestão do trabalho, com destaque para a participação feminina no emprego. A análise abrange o início e o fim da década de 90, quando a reestruturação da produção se processou com intensidade, e os dois primeiros anos da década atual, dimensionando as alterações mais significativas e as possíveis tendências no mercado de trabalho.

Trata-se de um estudo de gênero¹ que, como tal, possui importância, por permitir a observação das clivagens existentes no mercado, em uma cidade que é considerada pólo econômico regional. A economia de Pelotas é marcada pela especialização de suas atividades, assentada em ramos tradicionais, como a agroindústria e a produção de alimentos. Este último setor apresenta-se historicamente como espaço produtivo concentrador da força de trabalho feminina, devendo ser destacado o fato de que a produção de alimentos se relaciona, principalmente, à industrialização de conservas, atividade esta caracterizada pela sazonalidade. Isso significa que mudanças nesse setor afetaram diretamente o peso e a composição da força de trabalho feminina na indústria, o que contrastou com os demais setores de atividade econômica, nos quais a participação feminina teve comportamento destacado.

A pesquisa foi realizada com base nos dados fornecidos pela **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**². Enquanto registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, a RAIS fornece informações dos empregos com vínculos existentes em 31 de dezembro, correspondendo esse mês ao período da safra (outubro a março), quando a cidade apresenta maior atividade produtiva. Em outros termos, nos demais meses do ano, o total de empregos, especialmente na indústria, sofre retração pela diminuição do trabalho safrista.

Na primeira seção, analisa-se a distribuição dos empregos por setores de atividade, apresentando as especificidades da economia pelotense quanto às inserções masculina e feminina; na segunda, identificam-

* Professora de Sociologia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

* Professor de Estatística da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

¹ O estudo de gênero é importante, porque mostra processos que não são evidentes por si mesmos tanto quanto se acredita; é uma crítica e uma discussão sobre modos de pensar familiares, não discutidos, por se basearem em práticas que são consideradas naturais.

² Os dados da RAIS abrangem trabalhadores celetistas, estatutários, bem como os regidos por contratos temporários e por prazo determinado.

-se as alterações no perfil dos trabalhadores ocupados, evidenciando que a inserção ocupacional possui correlação com características adquiridas e atribuídas. Na última seção, confrontam-se a evolução e a distribuição salarial segundo o sexo, mostrando que, apesar de ter havido alguns avanços das mulheres no mercado de trabalho, se mantém o padrão de desigualdade no uso das forças de trabalho feminina e masculina.

1 - Ocupação setorial feminina e masculina: contabilizando perdas e ganhos

A reestruturação da atividade produtiva impactou agudamente o mercado de trabalho em Pelotas, reduzindo, em uma década, 13.064 empregos formais (21,91%),³ o que representou a exclusão de um contingente expressivo de trabalhadores, e, o mais importante a ressaltar, o desemprego incidiu diferentemente sobre a força de trabalho, redimensionando o contingente em atividade, daí a necessidade de fazer-se o recorte de gênero.

A Tabela 1 é importante, porque possibilita visualizar os impactos da reestruturação da produção sobre os empregos ao longo do período analisado.

Tabela 1

Participação das forças de trabalho masculina e feminina no segmento formal da economia, em Pelotas — 1990, 2000 e 2002

SEXO	1990		2000		2002	
	Número	%	Número	%	Número	%
Homens	37 188	62,41	27 673	59,48	28 612	57,45
Mulheres	22 399	37,59	18 850	40,52	21 192	42,55
TOTAL	59 587	100,00	46 523	100,00	49 804	100,00

FONTES: RAIS-MTE.

Os dados apontam que, entre 1990 e 2000, a queda do número de empregos foi maior para os homens do que para as mulheres. Mesmo tendo sido relevante, a recuperação, em 2002, de 3.281 empregos (7,05%) relativamente a 2000, ainda assim se manteve um quadro fortemente restritivo quanto ao total de postos de trabalho perdidos. Essa recuperação não modificou a tendência de queda da participação masculina no emprego.

A participação feminina no emprego, que, em 1990, alcançava 37,59% dos postos de trabalho, ampliou-se, representando 40,52% do contingente regularmente empregado em 2000 e 42,55% em 2002, o que caracteriza a tendência à feminização dos postos de trabalho ocorrida em virtude das transformações culturais no comportamento das famílias brasileiras, que propiciaram às mulheres a liberação para o trabalho fora do lar (Bruschini, 2000, p. 14). Entre essas transformações, estão a redução do número de filhos, o aumento da escolarização e a redefinição do papel social da mulher, postulada pelos movimentos feministas, que alterou a identidade feminina, tornando-a mais voltada para o trabalho produtivo (Bruschini, 2000, p. 15).

³ Estudo da FEE mostra que, em conjunto, o RS acumulou uma perda de 3,4% do total dos empregos formais ao longo dos anos 90, tendo o contingente passado de 1.879 mil para 1.815 mil em 1999 (Sternberg, 2002).

No entanto, essa leitura necessita ser melhor discutida, pois, se a feminização dos postos de trabalho é o processo mais amplo, há variações desse fenômeno quando se considera a distribuição por gênero segundo os diferentes setores econômicos. A Tabela 2 diz respeito à distribuição do contingente ocupado e permite evidenciar as diferenças na composição da força de trabalho conforme o setor de atividade que se considere.

Tabela 2

Participação da força de trabalho, por sexo, segundo os setores de atividades econômicas, em Pelotas — 1990, 2000 e 2002

SETORES DE ATIVIDADES	1990					
	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Extração mineral	113	0,30	5	0,02	118	0,20
Indústria de transformação	9 010	24,23	6 750	30,14	15 760	26,45
Serviços industriais de utilidade pública	386	1,04	56	0,25	442	0,74
Construção civil	2 041	5,49	162	0,72	2 203	3,70
Comércio	6 342	17,05	3 639	16,25	9 981	16,75
Serviços	11 714	31,50	7 567	33,78	19 281	32,36
Administração pública	3 590	9,65	2 203	9,84	5 793	9,72
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1 404	3,78	161	0,72	1 565	2,63
Outras	2 084	5,60	1 602	7,15	3 686	6,19
Ignorado	504	1,36	254	1,13	758	1,27
TOTAL	37 188	100,00	22 399	100,00	59 587	100,00

SETORES DE ATIVIDADES	2000					
	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Extração mineral	111	0,40	12	0,06	123	0,26
Indústria de transformação	5 277	19,07	2 705	14,35	7 982	17,16
Serviços industriais de utilidade pública	263	0,95	47	0,25	310	0,67
Construção civil	2 312	8,35	130	0,69	2 442	5,25
Comércio	6 452	23,32	4 180	22,18	10 632	22,85
Serviços	9 282	33,54	8 405	44,59	17 687	38,02
Administração pública	2 690	9,72	3 219	17,08	5 909	12,70
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1 286	4,65	152	0,81	1 438	3,09
Outras
Ignorado
TOTAL	27 673	100,00	18 850	100,00	46 523	100,0

(continua)

Tabela 2

Participação da força de trabalho, por sexo, segundo os setores de atividades econômicas, em Pelotas — 1990, 2000 e 2002

SETORES DE ATIVIDADES	2002					
	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Extração mineral	109	0,38	9	0,04	118	0,24
Indústria de transformação	5 797	20,26	3 578	16,88	9 375	18,82
Serviços industriais de utilidade pública	214	0,75	69	0,33	283	0,57
Construção civil	2 351	8,22	127	0,60	2 478	4,98
Comércio	6 531	22,83	4 639	21,89	11 170	22,43
Serviços	8 598	30,05	7 890	37,23	16 488	33,11
Administração pública	3 758	13,13	4 747	22,40	8 505	17,08
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1 254	4,38	133	0,63	1 387	2,78
Outras
Ignorado
TOTAL	28 612	100,00	21 192	100,00	49 804	100,00

FONTE: RAIS-MTE.

O setor que mais perdeu empregos foi o da indústria de transformação, que, entre 1990 e 2000, contabilizava a redução de 7.778 postos de trabalho (49,35%). Essa perda equivale a 59,54% do total de empregos perdidos, embora, em 2002, a indústria tenha recuperado 1.393 (17,45%) empregos comparativamente a 2000.

A análise dos diferentes setores que compõem o mercado de trabalho formal mostra que a indústria de transformação apresenta a maior perda de empregos femininos. A diferença entre a participação de homens e mulheres no emprego na indústria de transformação era de 14,34% em 1990, ampliou-se para 32,22% em 2000, estando, em 2002, em 23,67%, o que mostra que o desemprego atingiu com intensidade o contingente feminino da força de trabalho industrial.

A concentração de mulheres em determinados ramos industriais, dentre eles o da alimentação, expressa as concepções do senso comum quanto à posição e aos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Na esfera produtiva, essas concepções são reforçadas, reservando-se às mulheres ocupações relacionadas com aquelas exercidas no âmbito doméstico, mantendo-se assimetrias entre os sexos e fazendo recair sobre o contingente feminino os trabalhos em piores condições (Silva, 1997, p. 62). Em suma, há toda uma lógica produtiva que modela o mercado de trabalho e constrói, a partir de uma tecnologia — mais ou menos sofisticada —, o espaço no qual se insere o trabalho feminino. É importante salientar que, em Pelotas, o setor conserveiro não só é um destacado setor produtivo, mas também que, na sua configuração, interagem aspectos socioculturais significativos, como o uso intensivo do trabalho das mulheres, especialmente como safristas.

No início dos anos 90, o setor conserveiro totalizava 23 empresas, estando, em 2002, reduzido a 12, sendo que, destas, 50% processavam somente pêssego, o que reforça a tendência à especialização econômica

da região⁴. Essa condição implica que grande parte das indústrias não trabalhe mais nas chamadas “culturas de inverno”⁵, que utilizavam um volume considerável de força de trabalho como safristas (especialmente mulheres), tendo sido esse número reduzido de cerca de 12.000 trabalhadores, em meados dos anos 90, para, aproximadamente, 5.000 trabalhadores em 2000.⁶ É importante assinalar que o total de trabalhadores safristas se manteve constante entre 2000 e 2002, não respondendo, portanto, pela recuperação dos postos de trabalho na indústria (mais 1.393 empregos) nesse período. Por outro lado, como a Cidade não recebeu indústrias novas, o aumento das vagas observado pode ser creditado às novas tecnologias, visto que a expansão dos postos de trabalho foi difusa, tratando-se, portanto, de recuperação do potencial produtivo e econômico das empresas existentes.

O setor serviços, maior absorvedor de mão-de-obra em 1990 (32,36%), mantém sua posição no *ranking*, embora apresente o enxugamento de 1.594 empregos em 2000. Segundo Massau (2003), o Instituto Técnico de Pesquisas Aplicadas (Itepa) registra Pelotas como município de economia terciária, o que é corroborado pelo estudo de Vargas (1995, p. 84), para quem o setor serviços adquire destaque já a partir dos anos 50. Note-se que esse setor não tem acompanhado a recuperação de empregos registrada entre 2000 e 2002, tendo perdido mais 1.199 postos de trabalho nesse período. Essa perda é tão significativa que, na década de 90, se registrava a eliminação de 160 empregos por ano, e, já nos dois primeiros anos desta década, a queda foi de, aproximadamente, 600 empregos por ano. Em termos da posição dos setores no cenário econômico, a indústria de transformação, que ocupava a segunda posição entre os setores que mais empregavam em 1990, com 26,45% do total de trabalhadores — percentual este que caiu para 17,16% em 2000 — passou para a terceira posição, sendo superada pelo comércio, que, em 1990, tinha 16,75% do total dos trabalhadores, tendo passado para 22,85% em 2000.

A queda nos postos de trabalho, no setor serviços, pode ser explicada a partir da conjugação dos fatores que tipificam a economia de Pelotas, quais sejam: a redução dos empregos e, em decorrência, da capacidade aquisitiva da população e a especialização ainda maior da atividade produtiva na indústria, o que reduz a demanda. Em certo sentido, é possível afirmar que o setor serviços também se apresenta mais especializado.

Quanto à participação de homens e mulheres, em 1990 as mulheres representavam 39,25% da força de trabalho em serviços, ao passo que, em 2000, aparecem em 47,52% e, em 2002, representam 47,91%, o que mostra que esse setor se está tornando mais equilibrado quanto à dimensão gênero.

No comércio, ocorreu o crescimento da participação feminina no emprego. As mulheres, que representavam 36,46% da mão-de-obra em 1990, chegaram a 2002 com um acréscimo de 5%, totalizando 41,53%.

A administração pública, que havia registrado um modesto crescimento durante os anos 90 (mais 116 empregos, ou 2%), apresenta uma forte expansão entre 2000 e 2002 (mais 2.596 empregos, ou 43,93%) e, embora se mantendo na quarta posição no *ranking*, tem elevado sua participação no conjunto dos empregos, sendo importante destacar os acréscimos relevantes nos dois últimos anos de 1.298 empregos por ano, contra acréscimos de 12 empregos por ano, em média, durante a década de 90. Esse foi o setor onde ocorreu o maior incremento do emprego feminino (12,56%) comparativamente a 1990, o que é explicado pelo fato de o Município possuir uma rede de ensino fundamental bastante extensa, e que tradicionalmente absorve a mão-de-obra das mulheres.

⁴ Segundo Alonso (1994, p. 19), a especialização econômica tem sido uma constante na atividade produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵ As “culturas de inverno” eram compostas por laranja, goiaba, milho, ervilha seca, aspargo, pepino, marmelo e, principalmente, abacaxi, provenientes de outras regiões e que tinham em Pelotas o seu centro processador.

⁶ A renovação industrial ocorreu principalmente na parte de descaroçamento do pêssego, ampliando consideravelmente a capacidade de produção. Informações colhidas junto ao Centro das Indústrias de Pelotas dão conta de que somente uma das empresas locais processadoras dessa fruta produziu, em 2002, 30 milhões de latas, o equivalente a toda a produção do início dos anos 90. Também é exemplar o caso de uma outra empresa, considerada modelo de renovação industrial no mesmo ramo, que, em 2002, produziu cinco milhões de latas, contando com apenas 180 trabalhadores safristas e seis trabalhadores fixos.

Quanto à construção civil, *locus* do emprego masculino, deve ser observada a constância desse segmento ao longo dos anos analisados, o que se deve ao fato de a Cidade contar com uma expressiva rede de ensino público e privado, incluindo o ensino superior — presença de universidades e de um centro federal e tecnológico —, atraindo estudantes de outras cidades e estimulando a construção de imóveis para aluguel.

A presença de um número reduzido de trabalhadores na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca com carteira assinada mantém-se em torno dos 3% ao longo do período analisado. É necessário advertir que os dados da agropecuária fornecidos pela RAIS são limitados quanto à apreensão das relações de trabalho na área rural, já que, nesse setor, predominam outras formas de trabalho que não o assalariamento. Mas o reduzido número de empregos no campo expressa não só a heterogeneidade ocupacional segundo o vínculo de trabalho, mas também a forte concentração urbana que caracteriza Pelotas (93,72% da população residia na cidade, em 2002). Resulta do esvaziamento populacional tanto nas áreas tradicionais de pecuária como nas áreas de produção de arroz que utilizam tecnologias avançadas, liberando mão-de-obra. Soma-se a essa realidade o processo de descapitalização e empobrecimento da agricultura familiar, sendo importante destacar que 78,85% das propriedades rurais de Pelotas são imóveis com área entre um e 25 hectares, caracterizando, portanto, a zona tipicamente colonial de empresa familiar e vinculando-se, principalmente, à produção de hortifrutigranjeiros para a agroindústria. Historicamente, essa atividade tem sido impactada por elevados custos de produção, falta de preços remuneradores, ausência de novas tecnologias produtivas e por políticas de importação de alimentos que permitiram a concorrência com produtores locais, tornando esse segmento pouco expressivo na geração de emprego.⁷

Globalmente, o período analisado mostra forte retração dos empregos para o conjunto da força de trabalho, tendo as mulheres perdido menos que os homens, o que gerou maior aproximação ocupacional entre os sexos. A maior ampliação proporcional das mulheres no mercado de trabalho ocorreu pela incorporação destas nos setores serviços, comércio e, principalmente, na administração pública, o que compensou a perda substantiva dos empregos femininos na indústria de transformação. Assim, tem-se como resultado a feminização da força de trabalho, mas este não é um processo uniforme quando se analisam os diferentes setores produtivos.

As inovações organizacionais e tecnológicas também produziram mudanças quanto às exigências do mercado de trabalho sobre as características dos trabalhadores, implicando maior seletividade ocupacional.

2 - Um mercado mais exigente e segmentado

Pode-se ver que as informações obtidas também mostram alterações importantes e revelam a manifestação de dois fenômenos concomitantes quanto ao perfil dos ocupados: a presença de trabalhadores com idades mais elevadas e com mais alto grau de escolaridade. Essa realidade corrobora a hipótese de que é o aumento da demanda por trabalhadores mais escolarizados, aliado ao atributo da experiência, que comanda as mudanças no cenário do emprego formal, aprofundando a segmentação do mercado de trabalho.

2.1 - Quando a idade nem sempre é critério...

Normalmente, para garantir a rentabilidade do investimento em novas tecnologias e o fluxo de renda, as empresas pretendem que a aplicação da mão-de-obra jovem seja a alternativa para que um processo de mudança se torne efetivo. Os dados que seguem buscam, a partir da idade, identificar a forma de participação por sexo, porque, se isso é verdade, as possibilidades de emprego devem variar em função desses atributos (Tabela 3).

⁷ Conforme mostra o estudo realizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas intitulado **Programa Para a Pequena Propriedade Rural** (1986).

Tabela 3

Participação percentual da força de trabalho no emprego, por sexo e faixa etária, em Pelotas — 1990, 2000 e 2002

FAIXAS ETÁRIAS	1990			2000			2002		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 10 a 14 anos	0,32	0,14	0,46	0,02	0,01	0,03	0,00	0,01	0,01
De 15 a 17 anos	2,56	1,06	3,62	0,68	0,32	1,00	0,47	0,32	0,79
De 18 a 24 anos	11,56	7,13	18,69	9,36	6,43	15,79	8,91	6,81	15,72
De 25 a 29 anos	10,15	5,96	16,11	8,94	5,90	14,84	8,31	6,01	14,33
De 30 a 39 anos	17,74	11,13	28,87	17,89	12,35	30,24	16,70	12,63	29,33
De 40 a 49 anos	11,70	7,55	19,25	13,30	10,72	24,02	14,21	11,20	25,40
De 50 a 64 anos	7,25	4,18	11,43	8,06	4,98	13,04	8,22	5,38	13,60
65 anos e mais	0,62	0,16	0,78	0,77	0,23	1,00	0,60	0,19	0,78
Ignorado	0,57	0,22	0,79	0,03	0,01	0,04	0,03	0,01	0,04
TOTAL	62,47	37,53	100,00	59,05	40,95	100,00	57,45	42,55	100,00

FONTE: RAIS-MTE.

No desempenho por idade, verifica-se a redução da participação da população mais jovem em detrimento da população acima de 30 anos para ambos os sexos. Proporcionalmente ao total de pessoas empregadas, a maior queda no emprego situa-se na faixa etária de 18 a 24 anos de idade (-2,9%), sendo mais significativa para o segmento masculino (-2,19%) do que para o feminino (-0,71%). A mudança no perfil etário da população trabalhadora, com reforço da presença do contingente com idades mais elevadas, mostra a penalização dos jovens frente à escassez de empregos, sendo esta uma das características do mercado de trabalho nos anos 90 (Pochmann, 1998, p. 45).

Para a população com idades mais avançadas, o reforço mais importante quanto à participação no emprego é o que se verificou para os que se situam na faixa etária compreendida entre 40 e 49 anos, de 4,51% (mais 1,19% para os homens e mais 3,17% para as mulheres), enquanto os que possuem de 30 a 39 anos tiveram um incremento de 1,36% (mais 0,14% para os homens e 2,73% para as mulheres). Quanto ao contingente acima dos 50 anos, observa-se um menor incremento em sua participação no mercado de trabalho (mais 1,61% entre 50 a 54 anos e mais 0,22% acima dos 65 anos), mas é destaque o fato de que, nesse contingente, o aumento nas taxas femininas acompanhou o das taxas masculinas.

Os dados apresentados são importantes, porque indicam que, em um mercado de trabalho em processo de transição, a preferência das empresas tem recaído sobre trabalhadores com mais idade, geralmente com mais experiência no e do trabalho, e não sobre trabalhadores mais jovens, em princípio mais bem qualificados ou escolarizados. Todavia, como se pode ver, o fator experiência não se dissocia de aumentos nos graus de escolarização dos trabalhadores.

2.2 - Escolaridade e inserção ocupacional

A escolaridade sempre foi uma variável considerada importante para a incorporação dos indivíduos no mercado de trabalho e mais relevante se torna quando se considera o processo de reestruturação da economia, no qual o uso de novas tecnologias parece exigir maior conhecimento formal.

A Tabela 4 aponta a participação no emprego por sexo e escolaridade e mostra que, de fato, a exigência de mais escolarização se efetiva no mercado de trabalho.

Tabela 4

Participação percentual da força de trabalho no emprego, por sexo e escolaridade, em Pelotas — 1990, 2000 e 2002

ESCOLARIDADE	1990			2000			2002		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabeto	1,87	1,35	3,22	0,67	0,22	0,89	1,49	3,92	5,41
4ª série incompleta	13,47	7,87	21,34	5,72	2,02	7,74	4,24	2,06	6,30
4ª série completa	12,90	4,82	17,72	10,92	3,23	14,15	6,83	2,19	9,03
8ª série incompleta	12,92	4,97	17,89	12,99	4,83	17,82	11,80	5,07	16,87
8ª série completa	6,65	4,90	11,55	10,51	6,74	17,25	11,41	6,08	17,49
Ensino médio incompleto	4,70	3,26	7,96	5,84	4,98	10,82	6,21	4,68	10,89
Ensino médio completo	3,84	4,30	8,14	7,31	10,06	17,37	8,67	10,09	18,76
Superior incompleto	1,62	1,73	3,35	1,67	2,24	3,91	2,41	3,26	5,67
Superior completo	3,70	3,52	7,22	3,85	6,20	10,05	4,38	5,20	9,58
Ignorado	0,75	0,86	1,61
TOTAL	62,42	37,58	100,00	59,48	40,52	100,00	57,45	42,55	100,00

FONTE: RAIS-MTE.

Os dados mostram que, em 2000, decresceu o contingente de trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade em favor dos que possuem graus de escolaridade superiores.

Os analfabetos, que já eram pouco significativos em 1990, aparecem em menos de 1% em 2000. A redução mais significativa está entre os que possuem a quarta série incompleta, de -13,60%, sendo maior a queda para os homens (-7,74%) do que para as mulheres (-5,85%).

Note-se que as elevações percentuais são maiores para os que possuem escolaridade correspondente ao diploma de terminalidade no ensino formal. Assim, observa-se que, com a oitava série completa, o aumento da participação dos trabalhadores é de 5,70% contra uma ligeira queda na dos com oitava série incompleta (-0,07%). Já em relação ao ensino médio completo, a participação dos trabalhadores aumenta 9,23%, contra um crescimento de 2,86% de trabalhadores que possuem o ensino médio incompleto, e, entre os que possuem o superior completo, o acréscimo é de 2,84%, contra apenas 0,56% para os que não concluíram esse nível de ensino.

A leitura dos dados indica que há tanto uma maior exigência do mercado de trabalho por mais escolaridade, quanto o esforço dos trabalhadores em adquirir graus de instrução formal comprovadamente mais altos.

Quanto à composição da força de trabalho por gênero e grau de instrução, observa-se que as mulheres apresentam maiores acréscimos nos graus de instrução mais elevados. Enquanto o aumento percentual é mais significativo para os homens com a oitava série completa (mais 3,86%) do que para as mulheres (mais 1,84%), o incremento no ensino médio completo para as mulheres é de 5,76% contra 3,47% para os homens, e, no superior completo, de 2,69% pró-mulheres contra apenas 0,15% pró-homens.

A relação entre a presença de trabalhadores com mais idade e mais escolarizados pode ter duas explicações distintas. Em primeiro lugar, pelo fato de que, no Município, a maioria das ocupações está ligada às funções públicas, aos serviços e ao comércio, que ainda funcionam como carreiras, conformando trajetórias ocupacionais que mantêm biografias do trabalho. Em segundo, a partir da hipótese de que, na indústria de transformação, a experiência do trabalho⁸ reduz investimentos com a socialização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que cursos de curta duração fornecidos pelas próprias empresas se tornam suficientes para o adestramento aos novos processos de trabalho.

Dessa forma, num ambiente fortemente restritivo quanto à oferta de empregos, os recortes de seletividade do mercado de trabalho aprofundam-se, potencializando diferentes estratificações ocupacionais, principalmente de gênero. O fato de mais mulheres estarem no mercado de trabalho e apresentarem maiores índices de escolarização pode ser explicado, para o caso de Pelotas, a partir da correlação entre a participação feminina e as ocupações selecionadas nas quais as mulheres são predominantes, como se pode ver na Tabela 5.

Tabela 5

Participação feminina, por ocupações selecionadas, em Pelotas —1990 e 2000

OCUPAÇÕES	1990			2000		
	Total de Ocupados (A)	Mulheres Ocupadas (B)	Percentual B/A	Total de Ocupações (A)	Mulheres Ocupadas (B)	Percentual B/A
Professores	3 292	2 142	65,07	2 934	2 302	78,46
Outras ocupações de nível superior	1 449	644	44,44	1 342	750	55,89
Ocupações do setor serviços	6 991	3 300	47,20	7 303	3 869	52,98
Ocupações administrativas	8 294	2 271	27,38	12 355	6 261	50,68
Ocupações do comércio e atividades auxiliares	4 072	1 923	47,22	4 348	2 195	50,48
Ocupações das indústrias de transformação e construção civil	11 167	4 606	41,25	7 308	2 560	35,03
Ocupações técnicas de nível médio	979	274	27,99	799	235	29,41
TOTAL	36 244	15 160	41,83	36 389	18 172	49,94

FONTE: RAIS-MTE.

⁸ Sternberg (2002a, p. 294) analisa as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores na indústria gaúcha e aponta que a experiência do trabalho é um atributo valorizado pelas empresas e definidor da permanência dos indivíduos no mercado.

Ocupações como a de professoras mantêm-se como principal reduto feminino, mas também aumenta a presença das mulheres nas demais atividades que exigem nível superior, com destaque para a área da saúde, embora haja avanços também naquelas em que predominavam os homens, tais como na de analistas de sistemas e na de programadores de computadores, bem como nas profissões de economistas, contabilistas, engenheiros e arquitetos. Já nas ocupações administrativas, é destaque o aumento da participação feminina em funções de chefias intermediárias de contabilidade e finanças e de direção e gerenciamento de empresas. O mesmo ocorre no comércio e em atividades auxiliares, onde as mulheres aparecem chefiando estabelecimentos comerciais em maior número, bem como na função de supervisão de compras e vendas. No setor serviços, há a manutenção de outros redutos femininos, como o de enfermeiras e o de prestação de serviços domésticos, mas se reduz a presença das mulheres nos serviços ligados à higiene pessoal, à administração, conservação, limpeza e manutenção de edificações e logradouros públicos, bem como nas funções ligadas a alojamento e alimentação.

Quanto às ocupações técnicas de nível médio, observa-se que estas tiveram declínio em números absolutos e apresentam percentualmente uma baixa participação das mulheres. Trata-se de qualificações específicas, adquiridas via ensino técnico, próprias da organização do trabalho em empresas que ainda não fizeram (ou fizeram em parte) a reestruturação do trabalho e nas quais os espaços são marcados por forte segregação sexual. Como exemplo, as mulheres aparecem principalmente em funções técnicas, como químicas e operadoras de equipamentos médicos e odontológicos, ou em trabalhos administrativos, enquanto os homens se inserem predominantemente como técnicos em contabilidade, agronomia, eletroeletrônica, telecomunicações e mecânica.

Na indústria de transformação, a presença feminina é dominante nos segmentos produção e manipulação de medicamentos, vestuário e têxteis, mas decresce nas indústrias de alimentação e bebidas e é ínfima sua participação nas indústrias gráfica, eletroeletrônica, do couro e mecânica.

Observa-se que não só se mantiveram como se acentuaram alguns redutos femininos (caso da educação e da saúde) e que houve avanço das mulheres em ocupações de nível superior onde antes predominavam os homens. Ao mesmo tempo, decresceu a participação feminina em alguns segmentos do setor serviços, o que redundou em maior equilíbrio entre os sexos, enquanto, na indústria, se aprofundou a segregação ocupacional feminina.

É importante salientar que os dados desta seção são significativos, na medida em que apresentam avanços da participação feminina no mercado de trabalho, e que estes ocorrem para as mulheres mais escolarizadas, situando-as de forma mais protegida no mercado, enquanto o contingente feminino que se insere principalmente na indústria passa a vivenciar a perversidade da exclusão social. No entanto, a proteção dada por essa escolarização é relativa, mostrada a seguir, pois, quando o critério que norteia os processos é pautado pela lógica do resultado financeiro e/ou por uma tecnologia orientada por *pull button* (apertar botões) ou *top/down* (decisão de cima para baixo), a variável sexo é redimensionada em função dessa nova racionalidade gerencial.

3 - Quando o sexo é uma variável indicativa de maior rentabilidade

Os setores da indústria de transformação, dos serviços e da administração pública correspondem a 91,43% do total de empregos em 2002 contra 85,28% em 1990. Reitera-se o fato de que o comércio, os serviços e a administração pública foram os que apresentaram ampliação do número de empregos para as mulheres, o que aponta uma lógica de inclusão no mercado de trabalho, onde a questão de gênero é critério fundamental.

Os dados da Tabela 6 buscam verificar como isso se objetiva a partir dos setores selecionados.

Tabela 6

Médias salariais, por setores selecionados de atividade econômica e sexo, em Pelotas — 1990, 2000 e 2002

SETORES SELECIONADOS	(salários mínimos)								
	1990			2000			2002		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	3,63	1,74	2,82	3,25	2,04	2,84	3,03	1,90	2,59
Comércio	4,23	3,35	3,90	3,07	2,41	2,81	2,85	2,38	2,66
Serviços	6,11	5,49	5,87	5,72	4,34	5,06	4,54	3,33	3,96
Administração pública	6,63	5,69	6,23	4,83	4,59	4,70	6,37	5,47	5,86
Total	5,03	3,88	4,57	4,33	3,61	4,01	4,01	3,36	3,71

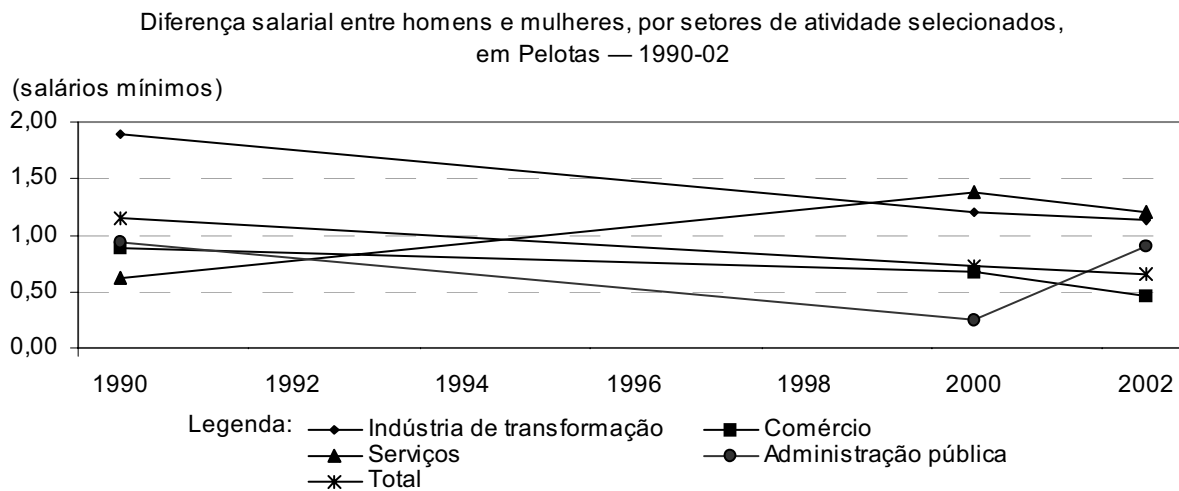
FONTE: RAIS-MTE.

A leitura dos setores selecionados mostra declínio dos salários e aponta diferenças quanto à remuneração auferida por homens e mulheres. Na indústria de transformação, melhoraram ligeiramente os ganhos das mulheres em todo o período. Entre 1990 e 2000, os valores pagos aos trabalhadores, em média, mantiveram-se estáveis e, posteriormente, em 2002, tiveram um ligeiro declínio, de menos de meio salário mínimo.

Os setores comércio e serviços apresentaram quedas no período global. O comércio mostrou perdas em termos de valores médios pagos aos trabalhadores de, aproximadamente, 1,3 salário mínimo, enquanto, nos serviços, a queda da remuneração média foi de, aproximadamente, 2,0 salários mínimos. No comércio, a perda salarial foi maior para os homens (cerca de 1,4 salário mínimo entre 1990 e 2002) do que para as mulheres, que tiveram um declínio salarial de cerca de 1,0 salário mínimo. Já nos serviços, essa situação se inverte: os homens perderam em torno de 1,6 salário mínimo, enquanto as perdas femininas alcançaram mais de 2,2 salários mínimos.

A administração pública, setor que apresentava a melhor posição quanto à remuneração média auferida pelos trabalhadores em 1990, perdeu posição em 2000, declinando cerca de 1,5 salário mínimo e situando-se abaixo do setor serviços. Em 2002, os salários pagos na administração pública recuperaram o valor aproximado de 1,2 salário mínimo, tornando novamente esse setor o que melhor desempenho apresentou quanto aos salários pagos aos trabalhadores. Na administração pública, a diferença entre os valores médios pagos aos homens e às mulheres ficou em torno de pouco menos de 1,0 salário mínimo, embora, em 2000, tenha ocorrido uma aproximação maior (Gráfico 1).

Gráfico 1



De maneira geral, em 1990, os homens ganhavam cerca de 1,5 salário mínimo a mais do que as mulheres. Essa diferença caiu para 0,73% em 2000 e para 0,65 em 2002. A menor variação que existiu entre homens e mulheres foi no setor administração pública, em 2000 (0,24 salário mínimo), e a maior variação ocorreu na indústria de transformação, em 1990 (1,89 salário mínimo).

Quanto aos salários dos trabalhadores, é preciso considerar que, se, por um lado, esse aspecto apresenta um perfil menos desigual entre os sexos, por outro, aponta uma lógica de inclusão na qual as empresas racionalizam os custos, rebaixando os rendimentos do trabalho sob um balizamento de gênero. Os indicadores apontam que as mulheres não são apenas úteis às necessidades do mercado, mas desempenham um papel de controle monetário, na medida em que o uso de sua força de trabalho estabelece um patamar ou padrão salarial mínimo, continuando a ser as que, apesar dos avanços obtidos, ainda se mantêm como as mais prejudicadas na relação salarial.

Conclusão

O estudo mostra que, em Pelotas, houve uma perda expressiva de empregos formais no período analisado. Essa perda resultou da reestruturação das atividades produtivas, com introdução de novas tecnologias, que liberaram mão-de-obra, e também do aumento da capacidade ociosa das empresas, na medida em que a indústria conserveira, que empregava maior volume de trabalhadores, optou por uma maior especialização de seus produtos, paralisando o processamento em parte do ano.

A reestruturação, que caracteriza o período analisado, atingiu fortemente os postos de trabalho em todos os setores, mas foi sobre a indústria que repercutiu de forma mais incisiva, com redução do contingente sazonal da força de trabalho. A existência de um gueto nesse setor teve como resultado o fato de que, com a reestruturação, houve o seu redimensionamento, acarretando efeitos, como o problema do desemprego, o de maior segregação ocupacional, ou, mesmo, o da exclusão para o contingente feminino sobranter. A redução do emprego safrista, de menor estabilidade e que, em geral, ocupava as mulheres, e o aumento do emprego feminino nos demais setores onde se apresenta maior estabilidade se, por um lado, demonstraram ganhos quanto à qualidade dos postos de trabalho ofertados no conjunto da economia, por outro, mostraram que os benefícios são carreados para as mulheres com mais alta escolarização e melhor situadas no mercado. Isso

significa a penalização das mulheres com menor escolaridade, em geral advindas dos segmentos mais empobrecidos da população, e que se submetem às rudes condições do trabalho sazonal.

O fato de a Cidade estar concentrando uma rede prestadora de serviços, especialmente educacionais, e um comércio estendido que atende às demandas das populações das cidades vizinhas permitiu que a expansão dos empregos ocorresse tanto no comércio quanto nos setores serviços e administração pública (principal provedora do atendimento à saúde e à educação). Esses são setores que, tradicionalmente, ocupam a mão-de-obra feminina, o que explica, em parte, o crescimento da participação das mulheres no conjunto dos empregos formais.

Embora a feminização do trabalho seja o processo mais amplo, este não se expressa uniformemente nos diferentes setores econômicos. De maneira geral, aprofunda-se a segmentação do mercado de trabalho a partir de quesitos como gênero, idade, experiência e escolarização, combinando-se essas características de forma peculiar conforme o setor econômico considerado. Assim, a partir de critérios seletivos, ampliam-se também as diferenças intragêneros, e, ao mesmo tempo, a racionalidade gerencial consolida uma certa homogeneização dos ganhos salariais entre homens e mulheres, mas esta se realiza tendo como parâmetro os baixos salários auferidos tradicionalmente pelas mulheres, dentro da lógica de redução dos custos do trabalho.

Referências

ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE PELOTAS. Programa para a pequena propriedade rural. In: **PERSPECTIVAS e alternativas da agropecuária e agroindústria do Município de Pelotas**, 1986.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP/NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 13-58.

MASSAU, Erli Soares. **Hierarquização comercial do Município de Pelotas em relação aos demais municípios da zona sul**. [Pelotas: UCPel], 2003. (Relatório ITEPA/UCPeL).

POCHMANN, Marcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998. (Mercado de trabalho, v. 6).

SILVA, Lorena Holzmann. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**, 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O mercado formal de trabalho no RS e em suas regiões na década de 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, 2002.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores na indústria de transformação do RS: algumas considerações a partir da RAIS MIGRA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 290-306, 2002a.

VARGAS, Francisco Eduardo B. A sazonalidade da ocupação em Pelotas: uma análise sobre a indústria de conservas vegetais. **Cadernos do ISP**, n. 6, jun., p. 61-96, 1995.